



## MUSEU PAULISTA: CONCEITOS E REFERÊNCIAS PARA A DEFINIÇÃO DE UM MUSEU HISTÓRICO E DE UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO

**Leonardo da Silva Vieira\***

**\*Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE – USP)**

**Resumo:** O Museu Paulista da USP, como boa parte das primeiras instituições museológicas nacionais, foi criado como uma instituição voltada ao campo das ciências naturais. Após sofrer sucessivos desmembramentos em seu acervo desde meados da década de 1920 o museu tornou-se exclusivamente dedicado ao campo da História. A Resolução GR-3.560 de 11/08/1989, que determinou a transferência do acervo, pessoal técnico científico e projetos de natureza antropológica para o novo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, constitui um dos pontos cruciais deste processo.

Tendo como ponto de partida a resolução citada acima, a instituição, sob a gestão do professor Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses, deu início à elaboração de seu Plano Diretor. Tal documento, instituído em 1990, apresenta não apenas a redefinição da área de atuação da instituição, mas também uma série de conceitos e diretrizes que serviriam como base para a atuação futura do museu.

Este trabalho pretende apresentar pontos essenciais do Plano Diretor do MP - tais como a meta geral e o campo de atuação propostos para a instituição - e as diretrizes referentes à política científica e de acervo do museu. Pretende-se também sublinhar as referências intelectuais implícitas no documento em questão. Cabe lembrar que as reflexões apresentadas neste trabalho são fruto do desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada *Análise do processo de musealização do Museu Paulista sob a perspectiva da democratização do direito à memória*. Tal pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da USP – PPGMus-USP.

**Palavras-chave:** acervo; gestão museológica; plano diretor; musealização



## 3<sup>o</sup> sebra mus

**Abstract:** The Paulista Museum of USP, like many of the first national museums, was created as an institution focused on the field of natural sciences. After suffering successive dismemberments in its collection since the mid-1920s the museum became exclusively dedicated to the field of history. The Resolution GR-3,560 of August 11, 1989, which determined the transfer of the collection, technical scientific personnel and projects of anthropological nature to the new Museum of Archeology and Ethnology of USP, is one of the crucial points of this process.

Starting from the resolution mentioned above, the institution, under the management of Professor Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses, began the preparation of its Master Plan. This document, instituted in 1990, presents not only the redefinition of the institution's area of activity, but also a series of concepts and guidelines that would serve as a basis for the future performance of the museum.

This paper intends to present essential points of the Master Plan of the MP - such as the general goal and field of action proposed for the institution - and the guidelines regarding the museum's scientific and collection policy. It is also intended to underline the intellectual references implicit in the document in question. It should be remembered that the reflections presented in this work are the result of the development of the master's research entitled *Analysis of the process of musealization of the Paulista Museum under the perspective of democratization of the right to memory*. Such research is being developed within the scope of the Post-Graduation Program in Museology of USP - PPGMus-USP.

**Key-words:** collection; museological management; master plan; musealization



## 3º sebra mus

A gestão do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses durante os anos de 1989 e 1994 no Museu Paulista da USP foi decisiva para a atual feição que a instituição possui nos dias atuais. Com a implementação do Plano Diretor (PD) do museu, em 1990, a instituição firmou-se definitivamente como um museu estritamente histórico, alinhado a inúmeras discussões contemporâneas que permeavam os debates acerca dos museus e da disciplina da história.

Para as professoras Heloisa Barbuy e Sheila Walbe Ornstein, o Museu Paulista em 1990 sofreu uma “reorganização conceitual e uma racionalização” que permitiram um significativo desenvolvimento acadêmico e institucional, além de uma maior inserção da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais (BARBUY; ORNSTEIN, 2015, p. 263). Dentre as tendências nacionais e internacionais nas quais o Museu Paulista mostrava-se em consonância destaca a profissionalização do campo museológico, a busca por uma democratização dos museus e a valorização, por boa parte dos historiadores, da noção de processo histórico e de uma história coletiva.

O Plano Diretor abrange aspectos fundamentais da prática museológica: meta e campo de atuação da instituição, infraestrutura predial, formas de aquisição e de tratamento do acervo, e formas de socialização, tanto do acervo em si quanto do conhecimento produzido a partir dele.

O documento apresenta também uma série de diretrizes, estratégias e ações a serem empreendidas nos anos seguintes, demonstrando uma ânsia por uma racionalização do trabalho institucional. O diretor, ao empreender este tipo de postura, vai ao encontro da tendência de profissionalização do campo museológico incentivada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A partir da criação do ICOM em 1946, foram efetuados inúmeros esforços para uma maior profissionalização e uniformização das práticas das instituições museológicas<sup>1</sup>. Dentre

---

<sup>1</sup> É importante apontarmos que o Brasil, por meio da atuação do embaixador Paulo Carneiro – delegado do país à UNESCO – estabeleceu vínculos estreitos com o ICOM desde sua constituição: o país foi um dos membros



## 3º sebra mus

os marcos deste processo podemos citar, de acordo com a museóloga Marília Xavier Cury, a realização de eventos científicos visando a discussão de temas essenciais para a área e a edição de documentos referenciais (CURY, 2005, p. 45).

As normativas oficiais do conselho, o Ethics of Acquisition (EA) e a primeira versão do Code of Professional Ethics (CPE), foram publicados, respectivamente, em 1970 e 1986. Estes dois documentos mostram-se como dois dos mecanismos do Conselho Internacional de Museus para estabelecer diretrizes e parâmetros para a atuação das instituições e dos profissionais do campo dos museus. Tais documentos são importantes também por divulgarem definições e conceitos elaborados no âmbito dos comitês do ICOM, tais como o ICOFOM.

O Ethics of Acquisition foi um dos primeiros documentos normativos publicado pelo ICOM, e serviu como preparatório para o Code of Professional Ethics de 1986. O documento apresenta as resoluções adotadas pelo Conselho e que foram estabelecidas através de um encontro de especialistas vinculados em abril de 1970. Este encontro pretendia discutir os problemas de origem ética na aquisição de acervo em museus.

O documento dará grande ênfase à importância da documentação de origem do item a ser adquirido pelos museus. Isto se deve a um esforço do ICOM, em conjunto com outros organismos internacionais<sup>2</sup>, para evitar o tráfico ilícito internacional; a documentação do item

---

fundadores do Conselho, sendo representado pelo professor Oswaldo Teixeira, então diretor do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. Em 1972, foi criada a Associação de Membros do ICOM (AMICOM-BR), que representava uma nova força de trabalho e tinha como objetivo a expansão e divulgação dos novos conceitos estabelecidos durante a IX Conferência Geral do ICOM, em Grenoble. A AMICOM-BR recebe o apoio de muitos profissionais e tem seu trabalho difundido por todo o país, principalmente por meio dos vários cursos oferecidos pela organização.

<sup>2</sup> É fundamental comentarmos que o ICOM não está sozinho no empenho por formas de aquisição transparente e legais. No ano de 1970 ocorreu a “Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property”, em Paris, na qual a UNESCO estabelece uma série de direcionamentos a serem seguidos pelos Estados membros. Patrick J. O’Keefe, ao comentar a postura do ICOM com relação à Convenção, afirma: “ICOM had from its very first meeting in Mexico City in 1947 expressed its concern with ‘illegal excavation and exportation’. It had carefully followed the debate within UNESCO and, in 1970, began an international campaign on the professional level for ethics of museum acquisition. The 1986 code of ethics thus should be seen as the culmination of a long process of debate and study of desirable practice.” (O’KEEFE, 1998, p. 21-22).



## 3º sebra mus

também é colocada como fundamental para o entendimento dos significados culturais e científicos do objeto. Para além destes dois aspectos o documento versa também sobre a importância de uma política de aquisição de acervo clara e formalmente estabelecida e exemplos deste tipo de documento de algumas instituições museológicas.

Com relação ao Code of Professional Ethics, trata-se de um documento, adotado na XVª Conferência Geral do ICOM em 1986, que contém algumas definições acerca do que seria museu, por exemplo, e algumas proposições gerais acerca da ética profissional dos trabalhadores deste campo.

O documento não se propõe a ser um conjunto de regras a ser seguido e sim uma referência para a conduta dos profissionais e das instituições com relação a temas como a definição formal da missão da instituição, sua política educacional, financeira, de pessoal e de acervo. Com relação ao primeiro ponto citado, o documento estabelece que cada museu deverá ter um estatuto escrito que defina seus propósitos e seus objetivos, sua política, sua natureza não-lucrativa, e que esteja de acordo com a legislação nacional e internacional (ICOM, 1986, p.17).

Como podemos verificar a partir da leitura do Plano Diretor do Museu Paulista, podemos afirmar que este documento segue as recomendações destas duas normativas citadas, afinal explicita a missão institucional do museu, seu campo de atuação, uma série de diretrizes – referentes à política científica, cultural, museológica, de acervo, educacional e de pessoal técnico-científico da instituição - e de estratégias de curto e médio prazo; o documento também traz em seu bojo uma preocupação em definir conceitos-chave para a atuação da instituição – o que nos permite também um paralelo com o trabalho de definição conceitual realizado nos órgãos internacionais.

A estrutura do documento, portanto, evidencia a busca por uma maior racionalização das práticas institucionais a partir do momento em que define parâmetros e condutas a serem seguidas.



### **Conceitos-base do Plano Diretor.**

O caráter inovador do Plano Diretor do Museu Paulista deve-se tanto a seu aspecto formal quanto ao seu conteúdo intelectual. Com relação a este último, podemos perceber um esforço no sentido de estabelecer conceitos-base para a atuação institucional, principalmente no que tange à meta da instituição, ao seu campo de atuação e às políticas educativas e de acervo.

Tendo como ponto de partida a Resolução GR-3.560 de 1989, que determinava a transferência do acervo, pessoal técnico-científico e seus respectivos projetos de natureza antropológica, para o novo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, o Museu Paulista teve sua meta geral, seu campo de atuação, sua política científica e de acervo, entre outros, redefinidos, dando continuidade ao processo de especialização iniciado na instituição no começo do século XX.

A Meta Geral proposta pelo Plano Diretor estabelece que todos os esforços devem convergir na transformação do MP em um museu-histórico-universitário, condizente a uma prática científica e cultural contemporânea (MENESES, 1990, p. 1). Portanto, o que está sendo proposto no PD não é apenas a especialização da instituição em um ramo do conhecimento científico – a História – e sim a atualização de conceitos-base para o trabalho desenvolvido no MP, como o conceito de museu, de museu histórico e museu universitário.

Ao conceituar o que seria museu, o PD coloca que “o que deve caracterizá-lo é a referência obrigatória e permanente a um acervo de coisas materiais, no desenvolvimento das responsabilidades da curadoria”, sendo esta entendida como um ciclo de atividades compreendendo a formação e ampliação permanente das coleções, sua conservação física, seu estudo e documentação, bem como a socialização, tanto do acervo quanto do conhecimento gerado pela instituição (Idem, p. 1).



## 3º sebra mus

É interessante acentuarmos que o PD coloca que mesmo o museu sendo um espaço de “fruição estética, de criação lúdica, de exercício da afetividade. Todas essas funções [...] não justificam, por si sós, a existência desse centro especial de documentação (Idem, p. 3)”. O conhecimento, e, portanto, a pesquisa, é que constitui a pedra de toque de uma instituição museológica, e a pesquisa apenas concebida nos quadros da curadoria.

Continuando a definição de conceitos-base para a proposta da meta geral, o PD define que, enquanto museu histórico, “seus compromissos fundamentais [...] devem dizer a respeito de questões históricas (isto é, relativas ao fenômeno da mudança), e especificamente aquelas que a curadoria puder cobrir, e como óbvio, centradas na sociedade brasileira (e seu segmento paulista)” (Idem, p. 2).

Ao colocar que a atuação de museus históricos deve estar compromissada com o trabalho de questões históricas, o MP procura se afastar de uma historiografia centrada em eventos pontuais e figuras de exceção – marcas, de acordo com o próprio documento, da instituição até aquele momento.

Com relação à ideia de museu universitário, o documento coloca que a instituição deve se atentar a duas questões principais: as responsabilidades gerais da pesquisa, ensino e prestação de serviços à comunidade por intermédio da curadoria e à sua função de integração interna da universidade e desta com a sociedade à qual serve. Este último ponto derivaria da “multiplicidade de fruições e leituras” que o patrimônio cultural sob a guarda do Museu Paulista permitiria.

Como dito anteriormente, a redefinição pelo qual passou o Museu Paulista a partir do Plano Diretor de 1990 atingiu também o campo de atuação da instituição. Mais do que uma mudança, o que ocorreu nesse âmbito foi uma explicitação conceitual da importância do estudo da cultura material para o entendimento das estruturas, do funcionamento e das mudanças de uma sociedade. Dessa forma, o PD estabelece que o museu é uma instituição privilegiada para a análise de questões fundamentais que escapam às instituições ordinárias de



## 3º sebra mus

pesquisa, ou seja, as questões relacionadas ao campo da cultura material, entendida como o conjunto de sistemas físicos de produção e reprodução social (Idem, p. 2).

Prosseguindo na definição do campo de atuação da instituição, o documento define como prioritários, por serem estratégicos e “cobrirem aspectos cruciais da organização material da vida social”, os seguintes segmentos: I. Quotidiano e sociedade (papéis sexuais, etários e enculturação), II. Universo do trabalho (pré- e proto-industrial) e III. Imaginário (os vetores materiais do sentido) (Idem, p. 3).

Estes segmentos constituem, na realidade, as três linhas de pesquisa instituídas pelo PD para o Museu Paulista para curto e médio prazo. Estas linhas devem, a partir de então, funcionar como garantias de que a instituição conseguirá aprofundar os conhecimentos nos tópicos aos quais o MP deve ser referência obrigatória.

O estabelecimento das linhas de pesquisa será importante também para a definição da política de aquisição de acervo da instituição. Sendo a aquisição de acervo uma atividade entendida como parte do processo curatorial, e a pesquisa sendo concebida apenas nos quadros desta mesma curadoria, o PD irá atrelar ambas as atividades. Vejamos o que estabelece o documento com relação à política de acervo:

A especificidade do museu deriva do acervo, mas a especificidade do acervo deve derivar não de qualquer propósito taxonômico, mas de uma determinada problemática científica (no caso, histórica), que tal acervo permite cobrir. Por esta razão, o acervo tem que ter organicidade, coerência e amplitude e incluir, não “objetos históricos”, obrigatoriamente marcados por atributos particulares, mas quaisquer suportes materiais de informação pertinentes aos problemas históricos em causa. Daí porque a ampliação do acervo do Museu Paulista deverá ser desenvolvida apenas nos quadros da pesquisa em torno dos três eixos propostos (item 3) e terá que assumir postura ativa, quer na coleta de campo, quer na indução de doações (com a caracterização explícita das categorias de interesses institucional) (Idem, p. 3-4).



## 3º sebra MUS

O Plano Diretor coloca que “o Museu Paulista tem sido um repositório de “objetos históricos” (duplicados por um arquivo de “documentos históricos”), coletados ou recebidos segundo uma perspectiva positivística da História, que privilegiava eventos e figuras de exceção (além do valor estético)” (Idem, p. 1). A nova política de acervo surge, portanto, com o intuito de transformar a faceta do acervo institucional.

### **A Nova História e a Nova Museologia.**

Como foi demonstrado até aqui, o Museu Paulista passou por um profundo redirecionamento no começo da década de 1990. As professoras Heloisa Barbuy e Sheila Walbe Ornstein afirmam que um dos fatores que levou a esse processo foi o desenvolvimento metodológico e temático da área de história, “que caminhou para tendências que privilegiaram novos aspectos, novos objetos de estudo e novas fontes documentais” (BARBUY; ORNSTEIN, 2015, p. 263). Estas tendências ficaram conhecidas na historiografia como constitutivas do movimento da Nova História, comumente associado à chamada *École des Annales*, mas que se configura autonomamente como uma geração com enfoques e métodos específicos, consolidada entre os anos 1960 e 1980.

Fundada pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, a revista *Annales d'histoire économique et sociale* agrupou os principais agentes do que seria posteriormente chamado Escola dos Annales. Seus fundadores idealizaram a revista para que ela constituísse a porta-voz “em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 1992, p. 24), contrapondo-se, dessa forma, ao chamado paradigma tradicional da história.

Peter Burke coloca que o movimento iniciado por Lucien Febvre e Marc Bloch “está unido apenas naquilo a que se opõe” (BURKE, 1992, p. 2), ou seja, às formas tradicionais de escrita da história. Estas seriam caracterizadas essencialmente pelo entendimento da história-disciplina enquanto uma narrativa objetiva dos acontecimentos políticos, produzida a partir da visão dos grandes homens e baseada apenas em documentos escritos. A Nova História,



## 3º sebra mus

portanto, proporá uma ampliação do horizonte historiográfico em várias frentes, sobretudo a partir de fins da década de 1970.

Primeiramente, o movimento defenderá a necessidade de que não apenas a atividade política seja objeto da história e sim toda atividade humana. É a partir desta concepção de história que o movimento será também conhecido como história total. Dessa forma, os historiadores em torno da revista *Annales* se dedicarão com especial ênfase a temas variados, tais como a história econômica, demográfica, social e também política, com vistas a propiciar um entendimento global da sociedade.

Com o interesse dos historiadores se deslocando para um leque cada vez maior de temas, a interdisciplinaridade surgia como uma necessidade natural para a produção historiográfica. A revista dos *Annales* já nasceu com forte ênfase no caráter interdisciplinar da história, haja vista que em seu comitê editorial fazia parte historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas e cientistas políticos (BURKE, 1992, p. 24). Um dos campos do saber que mais receberam a atenção dos historiadores neste período foi a geografia; a tese de doutorado de Fernand Braudel, intitulada *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, constitui uma das principais obras nesta perspectiva (BURKE, 1992, p. 34).

Para além da intenção de compreensão total dos fenômenos sociais, é preciso chamar atenção para o fato de que a profusão temática decorrente da nova história – chamada por alguns como a “história em migalhas” - é também consequência da desilusão de uma geração de intelectuais que abandonaram a crença na possibilidade de transformação global da sociedade (CARDOSO, 1997, p 42-43).

Para Peter Burke, mesmo o movimento dos *Annales* tendo defendido a legitimidade do interesse da história-disciplina por questões relacionadas ao âmbito cultural das sociedades, predominou durante as três primeiras décadas o interesse pela história econômica. Esta situação será revertida a partir da publicação de *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, de Philippe Ariès, no ano de 1960.



## 3º sebra mus

Philippe Ariès abre caminho para uma abordagem de fenômenos da natureza enquanto construções culturais, porém, será na obra de Roger Chartier que esse ponto se torna explícito – ou como diz o próprio autor, a mudança de abordagem “da história social da cultura para a história cultural da sociedade”. Em seus ensaios, Chartier discute a noção de que, o que os historiadores anteriormente aceitavam como estruturas objetivas, deveriam ser entendidas como culturalmente constituídas: “A sociedade em si mesma é uma representação coletiva” (BURKE, 1992, p. 69).

Ciro Flamarion Cardoso afirma que a posição de Chartier – e de inúmeros outros historiadores desse período – corresponde a certo niilismo intelectual que, “com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose e interpretação (hermenêutica)”, vai de encontro à concepção pós-moderna de “morte dos centros” e de “incredulidade em relação às metanarrativas” (CARDOSO, 1997, p 39).

Este ponto nos remete a duas outras frentes de atuação da nova história: a desconstrução da ideia de que a história-disciplina possa propiciar um entendimento objetivo das sociedades estudadas e, conseqüentemente, a necessidade de inclusão de pontos de vista variados em relação a um mesmo objeto.

Uma ideia muito difundida pelos partidários do paradigma tradicional era a noção de que cabia aos historiadores a apresentação dos fatos aos seus leitores “como eles realmente aconteceram”. Pretendia-se, dessa forma, afirmar a capacidade da história em produzir conhecimento objetivo, livre de referências externas aos fatos narrados.

Atualmente, se consideramos a objetividade do conhecimento como um ideal irrealista, devemos muito à concepção de relativismo cultural, difundida por boa parcela dos historiadores do movimento da Nova História.

O historiador José Antonio Vasconcelos, chamando atenção para a crítica pós-estruturalista com relação à objetividade dos discursos, coloca que o pós-estruturalismo leva a concepção estruturalista de que “nossos modos de pensar e agir são condicionados por



## 3º sebra mus

estruturas inconscientes” às suas últimas consequências: de acordo com tal premissa, a própria abordagem estruturalista deveria ser entendida como uma resposta às estruturas intrínsecas à cultura ocidental contemporânea (VASCONCELOS In: GIMENES; RAGO, 2014, p. 107).

A crítica pós-estruturalista chama nossa atenção também para a necessidade de inclusão de vozes dissonantes no debate historiográfico. Afinal, sendo a história-disciplina uma forma de produção de conhecimento intrinsecamente marcada pelas trajetórias pessoais e profissionais daqueles que a produzem, a inclusão de diferentes perspectivas no debate seria uma prerrogativa para uma compreensão mais aprofundada acerca dos fenômenos objeto da crítica historiográfica. Esta será uma importante frente de atuação dos seguidores da Nova História.

Será a partir desta frente de atuação que se dará o interesse na chamada “história vista de baixo”. Jim Sharpe afirma que, embora este campo de atuação deva seu maior desenvolvimento conceitual aos estudos empreendidos por historiadores marxistas ingleses, o livro que utilizou essa perspectiva e que criou mais impacto na historiografia recente foi *Montaillou*, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, publicado em 1975. Cabe destacarmos também o trabalho de Carlo Ginzburg, *Il formaggio e i vermi: il cosmo di un mugnaio del '500*, publicado em 1976.

Juntos, os trabalhos de Ginzburg e Le Roy exemplificam a preocupação de diversos historiadores com a constituição histórica de temas e vidas das classes subalternas, porém, os dois trabalhos merecem destaque também pelo fato de se utilizarem de fontes não usuais até as décadas de 1970 e 1980 na produção da escrita da história. A busca pela ampliação do escopo documental utilizado pelos historiadores constituirá também uma das frentes de atuação da Nova História.

Como consequência do interesse por uma maior variedade de atividades humanas surge a necessidade de se examinar uma maior variedade de vestígios. A pesquisa histórica, portanto, não deveria limitar-se a utilização de fontes escritas oficiais e sim de qualquer

evidência que permita que o historiador infira dados acerca da sociedade estudada: evidências arqueológicas, objetos constituintes da cultura material, fotografias, iconografia, entre outros.

Lucien Febvre, já em 1934, apontava a necessidade de utilização de documentos não escritos. Segundo Guy Bourd  e Herv  Martin, ao comentar o livro *História da Rússia* lançado em 1932, Febvre critica a condens o de dez séculos de história em 200 páginas pelo argumento de "falta de documentos": o historiador aconselha utilizar-se de vestígios arqueológicos para a reconstitu o do período, além da utiliza o de ciências vizinhas, como a linguística e a etnologia (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 121).

Por consequência, o estudo da cultura material ganha uma importância cada vez maior no trabalho dos historiadores. Marcelo Rede coloca que, mesmo não tendo constituído um campo de pesquisa, houve esforços importantes neste sentido durante as décadas de 1960 e 1970. Dentre tais impulsos destacam-se os trabalhos de Jean Baudrillard, Abraham A. Moles e Fernand Braudel<sup>3</sup> (REDE, 2003, p. 281).

Fernand Braudel contribui para este t pico com a publica o de *Civiliza o material, economia e capitalismo* em 1979. Nesta obra o autor empreende uma análise da história mundial durante os séculos XV e XVIII e afirma, para o período estudado, ser o estudo da cultura material indissociável do estudo do capitalismo. Para Jean-Marie Pesez este livro de Braudel consistiu na "primeira grande síntese sobre a história da cultura material" (PESES In LE GOFF, 1993, p. 184).

A última frente de atua o que gostaríamos de destacar   a do entendimento do conhecimento histórico não como uma narrativa dos acontecimentos e sim como a elucida o

---

<sup>3</sup> O livro *O sistema dos objetos*, publicado originalmente em 1968 por Baudrillard, e *Teoria dos objetos* de Moles, publicado em 1972, mostram-se como produtos de uma tendência particular muito presente em várias frentes de atua o da nova história: a semiologia, ou hermenêutica nas palavras de Ciro Cardoso. Estas obras preocupam-se em "descrever o papel das coisas materiais na sociedade moderna, e sobretudo, a valoriza o da fun o s gnica dos objetos" (REDE, 2003, p. 281). O caráter representacional – "investiga o do sentido" nas palavras de Bourd  e Martin - terá uma importância âmbar nas produ o dos historiadores ligados a nova história (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 149).



## 3º sebra mus

de problemas. O historiador deveria, portanto, abandonar a história-narração em prol de uma história-problema, mediante a formulação de hipóteses de trabalho.

A apresentação de “pontinho por pontinho” da história já não faz mais sentido para os historiadores da Nova História, tanto pela incapacidade de representação dos fatos como realmente aconteceram, quanto pela percepção dos acontecimentos como “perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas” (BRAUDEL apud BURKE, 1992, p. 33).

A história responde às necessidades do presente e será somente a partir da elaboração de uma história-problema que os historiadores poderão, além de propiciar uma maior compreensão acerca dos processos históricos, agir ativamente sobre sua época (FEBVRE In: NOVAIS; SILVA, 2011, p. 84).

A influência do movimento iniciado por Lucien Febvre e Marc Bloch, e reconfigurado pela geração de Le Goff, Chartier, Nora, Ladorie, Ariés e Certeau, na elaboração do plano diretor do Museu Paulista é incontestável. A partir das principais frentes de atuação do movimento da Nova História, comentados até este momento, podemos perceber que o MP abraçou a causa em prol de uma história-disciplina com novos focos de atuação, em que as representações e a cultura material estão em primeiro plano. Este dado torna-se explícito quando voltamos nossa atenção, principalmente, para a meta geral e o campo de atuação da instituição.

Ao adotar a cultura material como campo de atuação da instituição - para além da obviedade por tratar-se de um museu, ou seja, uma instituição essencialmente voltada para vestígios materiais da sociedade – e entendendo-a como responsável por produzir e reproduzir padrões sociais, Ulpiano T. Bezerra de Menezes foi ao encontro das ideias difundidas pelos partidários da nova história com relação a este tópico.

Além disso, a instituição de temas como cotidiano e imaginário dentre as linhas prioritárias de pesquisa seria responsável por propiciar ao MP a musealização de tipologias

documentais - referentes a uma gama cada vez maior de estratos sociais - pouco privilegiadas até o momento em museus de história, como, por exemplo, rótulos de embalagens industriais, utensílios domésticos não refinados, fotografias de tipos sociais populares, entre outros.

Com relação à meta geral do museu, Meneses, ao se afastar de uma concepção positivista e defender a atuação da instituição a partir de questões históricas, vai ao encontro da ideia de uma história-problema, não mais preocupada em narrar acontecimentos e biografias excepcionais, e sim discutir criticamente processos históricos.

Porém, como já antecipado, o conteúdo do PD encontra-se enormemente alinhado também a discussões ocorridas no campo da museologia, principalmente no que concerne às propostas do movimento da Nova Museologia. Este movimento, em paralelo às ações na busca por uma maior profissionalização do campo, buscava essencialmente a transformação das instituições museológicas visando posturas patrimoniais mais inclusivas.

Marília Xavier Cury aponta que a Nova Museologia trata-se na verdade de um modelo metodológico no qual “o público é agente das ações de preservação e comunicação patrimonial e o processo é tomado como educacional, por ser transformador” (CURY, 2003, p. 63). A Nova Museologia, portanto, rechaça a ideia do museu como um fim em si mesmo, no qual as ações de preservação e conservação dos objetos imperam sob as demais responsabilidades da instituição.

Na perspectiva desse novo modelo metodológico, o museu torna-se um meio de desenvolvimento social e econômico das comunidades nas quais está inserido. Tal desenvolvimento se daria pelo empoderamento cultural e econômico das populações a partir da instrumentalização dos equipamentos culturais. Somente dessa forma, com a participação de diferentes segmentos da sociedade, o museu deixaria de ser uma instituição distante, sem relações orgânicas com a comunidade a qual representa.

Uma das maneiras mais interessantes de exemplificarmos alguns pontos essenciais para a Nova Museologia, em sua afinidade com ideais da Nova História, é comentarmos



## 3º sebra mus

acerca de 3 documentos que para Marília X. Cury “não devem ser considerados apenas como marcos históricos, mas como referências de ideais e idéias museológicas” (CURY, 2005, p. 62). Estes documentos foram todos produzidos a partir de discussões ocorridas em eventos científicos organizados pela UNESCO e pelo ICOM: tratam-se do Seminário sobre a Função Educativa dos Museus, de 1958, a Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972 e a declaração de Quebec de 1984.

Hernán Crespo Toral chama a atenção para o fato de que o Seminário de 1958 respondia a um plano da UNESCO de propiciar uma reflexão acerca do papel educativo dos museus perante a sociedade. Tal reflexão seria desenvolvida em cada uma das regiões do mundo.

Hernán Toral também comenta que ao mesmo tempo em que o Seminário salienta “que o objeto é o cerne do museu”, percebe-se durante o evento a necessidade de vencer “o tradicionalismo do Museu conservatório de objetos [...] para transformá-lo em meio de comunicação atrativo que pudesse incidir nos problemas reais da comunidade” (TORAL In: BRUNO, 1995, p. 25-26).

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile também se insere na série de Seminários regionais organizados pela UNESCO em colaboração com o ICOM e propunha-se a discutir a função dos museus na América Latina contemporânea. Hugues de Varine afirma que o essencial da Declaração de Santiago resume-se em duas noções: a de museu integral, na qual se considera que o museu seja destinado “a proporcionar uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (Declaração de Santiago apud BRUNO, 1995, v. II, p. 50), e a de “museu como ação, isto é, instrumento dinâmico de mudança social” (VARINE In: BRUNO, 1995, v. II, p. 40, grifo do autor).

Cabe lembrarmos que, de acordo com a museóloga Teresa Scheiner, o conceito de museu integral não se fundamenta apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território, ou na ênfase no trabalho comunitário, e sim na capacidade que todo museu possui de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória (SCHEINER, 2012, p. 19).



## 3º sebra mus

É indispensável, a partir deste conceito, lembrarmos a preocupação de Braudel com relação à inclusão das relações entre o homem e o ambiente geográfico no horizonte historiográfico.

Com relação ao terceiro documento aqui salientado, a Declaração de Quebec, não há nenhuma novidade conceitual no texto em si, pois deste ponto de vista há apenas a retomada, com as devidas atualizações, do essencial da Declaração de Santiago. A importância do documento de 1984 está no reconhecimento da existência de um “novo Movimento museológico” (MOUTINHO In: BRUNO, 1995, v. II, p. 56, grifo do autor).

Para o museólogo Mário Canova Moutinho, foi durante o “Ateliê Ecomuseus – Nova Museologia”, realizado em Quebec, que a comunidade museológica internacional viu-se confrontada com uma série de experiências museológicas em curso que demonstravam “aspectos específicos de uma Nova Museologia”. Dentre tais aspectos, Moutinho destaca a investigação e interpretação de testemunhos materiais e imateriais voltadas para as questões de ordem social, a importância da interdisciplinaridade, a ideia da exposição museológica como “processo de formação permanente e não mais o objeto de contemplação” e a substituição da noção de público pela noção de “colaborador, de utilizador ou de criador” (MOUTINHO In: BRUNO, 1995, v. II, p. 53-56).

Por fim, gostaríamos de chamar atenção novamente para as duas normativas do ICOM já citadas neste texto, o Ethics of Acquisition e a primeira versão do Code of Professional Ethics. Estes documentos são importantes tendo em vista que eles apresentam alguns conceitos que serão referenciados pelo Plano Diretor do Museu Paulista. No documento de 1970, a instituição museu é definida pelo Conselho como uma instituição interessada com a aquisição de objetos enquanto mecanismo de um específico programa de pesquisa científica, educação, conservação e demonstração do patrimônio cultural e natural, seja ele nacional ou internacional (ICOM, 1970).

Com relação ao documento de 1986, o Conselho, em consonância com o estabelecido no Artigo 3 do Estatuto do órgão, afirma ser o museu uma instituição permanente e sem fins lucrativos a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire,



## 3º sebra mus

conserva, pesquisa, comunica e exhibe, visando o estudo, a educação e o deleite, evidências materiais do homem e seu ambiente (ICOM, 1986, p. 15).

Percebe-se que ambas as definições se afastam da noção tradicional de museu, enquanto instituição essencialmente gerida para a coleta e salvaguarda de elementos distintivos do ambiente físico natural ou social. A instituição museu levada em consideração tanto pelo Museu Paulista quanto pelo ICOM é a de uma instituição que se dedica ao trabalho com qualquer evidência material, procurando assim, novas metodologias que propiciem o crescimento institucional numa perspectiva mais inclusiva.

Cabe lembrar também que, ao elaborar a Política de Acervo - mesmo que de forma muito sucinta – e nos termos comentados acima, o MP mostra-se mais uma vez em consonância com o estabelecido pelo ICOM nas duas normativas referenciadas neste texto. Dentre outros direcionamentos, o Ethics of Acquisition estabelece que a política de aquisição de acervo deva ser publicada e que nenhum objeto deverá ser adquirido a não ser que possua uma relação direta com os objetivos institucionais (ICOM, 1970).

Outro ponto digno de nota é a concepção de uma série de leituras possíveis das evidências materiais: esta não é apenas explorada em seu caráter instrutivo, e está sujeita a leituras afetiva, estética, intelectual e lúdica – de acordo com a concepção do museu como espaço múltiplo, como comentado anteriormente (ICOM, 1970).

Este ponto nos auxilia na historicização do processo de compreensão do objeto digno de ser musealizado. O objeto-único e o objeto-representativo são ao mesmo tempo dois extremos de uma ação valorativa e também dois conceitos que acabam se sobrepondo ao longo dos anos posteriores, haja vista que o Code of Professional Ethics de 1986 refere-se aos objetos apenas como “material evidence”.

A partir do exposto até aqui podemos perceber que o Plano Diretor do Museu Paulista reverbera muitos conceitos e práticas incentivadas pelos partidários da Nova Museologia. Dentre tais práticas, destacamos a compreensão alargada de patrimônio, ou seja, uma visão

ampla dos museus – com o entendimento de que seus recursos científicos, educacionais e culturais constituem uma atividade da mais alta expressão social - e dos objetos possíveis de serem musealizados, além de uma postura crítica com relação à comunicação museológica, não entendida como responsável por cristalizar parâmetros e sim como mais uma das forças no debate público.

### **Referências bibliográficas**

BARBUY, Heloisa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Museu Paulista: Contribuições Acadêmicas e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, J. (coord). **USP 80 anos**. São Paulo, Edusp, 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 2010. 2 v.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervê. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983

BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992, 13ª edição.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Disponível em: <<http://www.univas.edu.br/menu/BIBLIOTECA/servicosOferecidos/livrosDigitalizados/historia/DominiosdaHistoriaCiroFlamarionCardosoeRonaldoVainfas.pdf>>. Acessado: maio de 2017.

CURY, Marília X. **Museologia. Marcos referenciais**. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, n. 21, p. 45-73, 2005. Disponível em <[www.researchgate.net](http://www.researchgate.net)>. Acesso em: jun. de 2017.

ICOM - International Council of Museums. **Ethics of Acquisition**. 1970. Disponível em <<http://archives.icom.museum/acquisition.html#1>>. Acesso em: outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **ICOM Statutes: Code of Professional Ethics**. 1987.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Plano Diretor do Museu Paulista da USP**. São Paulo, Museu Paulista, 1990.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. **Nova história em perspectiva** (volume 1). São Paulo: Cosac Naify, 2011.

O'KEEFE, Patrick J. (1998), Museum Acquisitions Policies and the 1970 UNESCO Convention. **Museum International**, 50: p. 20–24. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0033.00131/epdf1>>. Acesso em: outubro de 2016.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**. N. Sér. v. 8/9. p. 281-291, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v8-9n1/08.pdf>>. Acesso em: jun. de 2017.

SCHEINER, Tereza C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>> Acessado: maio de 2017.

VASCONCELOS, José Antonio. História e Pós-Estruturalismo. In: RAGO, Luzia Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, UNICAMP/IFCH, 2000. Cap 2, p. 103-119. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/squd\\_livro-ideias-2-2a.edicao.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/squd_livro-ideias-2-2a.edicao.pdf)>. Acesso em: maio de 2017.